



**ACÓRDÃO Nº1203/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11974/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro.
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Raimunda Gomes Pinheiro (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3185/2022-DIMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro. Exercício de 2021.

*Irregularidade. Multa. Ciência. Representação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da **Sra. Raimunda Gomes Pinheiro**, gestora e ordenadora do Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro, exercício de 2021, nos termos artigo 22, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 2.423/1996 – LOTCEAM, em virtude das irregularidades que permaneceram não sanadas e que ensejaram a aplicação de multa;
- 10.2. **Aplicar multa** à **Sra. Raimunda Gomes Pinheiro**, gestora e ordenadora do Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro, no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) com fulcro no artigo 54, inciso VI, da Lei nº 2.423/1996 – LOTCEAM, pelas graves infrações às normas, quais sejam: aos artigos 94, 95, 96 e 106, da Lei nº 4.320/1964 (Balanço Patrimonial e Relação dos Bens Patrimoniais em desconformidade com as normas vigentes; artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 (Fuga à licitação pelo fracionamento indevido de aquisições de bens e/ou contratação de serviços) e artigo 60 da Lei nº 4.320/1964 (Realizações de contratações sem cobertura contratual e prévio empenho). Fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle



**ACÓRDÃO Nº1203/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei nº 2.423/1996 – LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996 – LOTCEAM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Dar ciência da decisão à Sra. Raimunda Gomes Pinheiro;**
- 10.4. Dar ciência da decisão ao Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro;**
- 10.5. Representar ao Ministério Público Estadual do Amazonas para adoção das medidas que entender cabíveis.**

**11- Ata:** 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 26 de julho de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

**13.1. Auditor presente e Relator:** Luiz Henrique Pereira Mendes.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**

Conselheiro-Presidente

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**

Auditor-Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**

Procuradora-Geral